

Margaride: o resgate da velha casa-torre **Margaride: the rescue of the old tower**

MÁRIO JORGE BARROCA
Universidade do Porto, CITCEM⁽¹⁾, Faculdade de Letras
mbarroca@letras.up.pt
<https://orcid.org/0000-0001-7432-3089>

Texto recebido em / Text submitted on: 13/10/2024
Texto aprovado em / Text approved on: 20/01/2025

Resumo

O presente estudo debruça-se sobre a Casa de Margaride, uma residência senhorial localizada nos arredores da cidade de Guimarães. Identificam-se as primeiras referências documentais a Margaride e a evolução da propriedade até o momento em que ela foi apropriada por elementos da nobreza rural, nos finais da Idade Média. A construção da casa-torre ocorreu, muito provavelmente, apenas no século XV. Nos últimos dois séculos o edifício conheceu um percurso que conduziu a uma descaraterização do seu perfil. O corpo da torre quatrocentista foi eliminado e substituído, no século XIX, por uma nova torre residencial.

Palavras-chave

Margaride; Guimarães; Casa senhorial; Torre.

(1) Unidade de I&D 4059 da FCT. DOI institucional: <https://doi.org/10.54499/UIDB/04059/2020>.

Abstract

This study focuses on the Casa de Margaride, a manor house located on the outskirts of the city of Guimarães. We identify the first documental references to Margaride, as well as the evolution of the property until it was appropriated by members of the rural nobility at the end of the Middle Ages. The construction of the tower-house only took place in the 15th century. However, in the last two hundred years its profile as being de-characterized. The tower of the 15th century was removed and replaced by a new residential tower, built in the 19th century.

Keywords

Margaride; Guimarães; Manor House; Tower.

Em 2021 assinalaram-se os mil anos da primeira referência documental ao topónimo Margaride, exarada, na forma latinizada de *villa Margariti*, numa velha escritura do *Livro de Mumadona*. Essa data foi o pretexto para reunirmos algumas notas sobre a Casa-Torre de Margaride, hoje quase desaparecida, destinadas a um opúsculo que não saiu dos prelos. É esse texto que, pese embora escrito com objetivos distintos, apresentamos neste volume monográfico, agradecendo estes dois amáveis convites: o de José Couceiro da Costa, para me debruçar sobre a Casa de Margaride, e o de Luísa Trindade, para colaborar neste volume da *Revista de História das Ideias*, retomando um velho tema que já tinha sido por mim abordado no volume de 1998. Nas linhas que se seguem iremos tentar resgatar do esquecimento essa velha estrutura senhorial vimaranense. A tarefa é ingrata e difícil, porque os elementos não são abundantes e porque outros, antes de nós, já escreveram sobre Margaride. Bastará recordar, aqui, os dois pequenos textos que José Leite de Vasconcelos (1858-1941) dedicou ao seu amigo Henrique Cardoso de Macedo Martins de Menezes, 2º Conde de Margaride (1868-1933), por ocasião do seu aniversário, onde glosou os dois mais antigos documentos referentes a Margaride. Estes textos conheceram, no entanto, limitadíssimas tiragens: o primeiro de apenas 20 exemplares; o segundo de 30 exemplares. Valeu o facto de eles terem sido incluídos nos *Opúsculos* de Leite de Vasconcelos, publicados pela Universidade de Coimbra, para terem escapado ao esquecimento (Vasconcelos 1931: 219-228).

Recuemos mil anos, até 14 de junho de 1021. Nesse dia, *Bronili*, serva de Deus e confessa do mosteiro vimaranense, transmitiu a *Idila*, e a sua mulher *Astileova*, a carta de posse do casal que ela detinha na *villa*

Margariti, declarando que o mesmo lhe chegara às mãos por concessão de D. Mumadona:

... Ego famula Dei Bronili confessa ... faceremus tibi Idila et uxor tua Astileoua cartula de casale meo proprio que habeo in villa Margariti quos mihi concessit mea domna Mummadomna ... (*Livro de Mumadona*, doc. 39; PMH-DC, doc. 247; VMH, doc. 26).

A passagem documental é suficientemente lacónica para nos deixar mais dúvidas do que certezas sobre o que foi, na realidade, confiado a *Idila* e a *Astileoua* nessa já distante quarta-feira de 1021. Com efeito, não sabemos a dimensão da propriedade – se era grande, se era pequena – nem os seus confrontos. Adivinhamos que deveria ter alguma relevância, uma vez que o diploma de 1021 é confirmado por duas senhoras da família condal portugalense – D. Mumadona e D. *Tutadomna* (ou D. Toda)⁽²⁾. Quanto à sua localização, sabemos que ficava em *Margariti*, antropónimo que, segundo Almeida Fernandes, deriva do nome próprio *Margaritus*, revelador da identidade de um antigo possessor (Fernandes 1977: 35). Mas também aqui mantemos algumas dúvidas: seria Margaride, na freguesia de Mesão Frio, ou Margaride, na freguesia da Costa, junto a Guimarães? A presença das duas nobres senhoras, Mumadona e Toda, leva-nos a aceitar a opção vimaranense. A expressão utilizada – *casale* – deixa-nos convencidos que, nesta propriedade, ainda não existiria qualquer residência de tipo senhorial. Seria, muito provavelmente, uma simples unidade de exploração agrária, um *casal*, uma tipologia do emparcelamento rural que foi estudada por André Marques em 2008⁽³⁾. Por último, também não temos certeza em relação à identidade da anterior proprietária do *casale* que ficava na *villa de Margariti*. É certo que o diploma menciona *Domna Mummadomna*. Seríamos tentados a pensar em Mumadona Dias, a célebre condessa portugalense que, segundo José Mattoso, terá falecido c. 968 (Mattoso 1981: 139-140). Se assim fosse, o casal de Margaride teria chegado às mãos de *Bronili* antes do ano de 968. Não sendo de todo impossível, parece

(2) A condessa D. Toda, que foi casada com o conde D. Mendo Gonçalves, encontra-se mencionada na inscrição do cálice moçárabe da Sé de Braga, também conhecido como «Cálice de S. Geraldo» (Barroca 2017, Insc. N.º 12, pp. 36-39, de [997-1008]).

(3) O casal de Margaride é o n.º 42 do seu Quadro-Síntese I (Marques 2008: 293).

ser um lapso de tempo demasiado longo para que, cinquenta e três anos mais tarde, a mesma pessoa estivesse a transacionar a propriedade para *Idila* e *Astileova*. Ora, a carta de 1021 tem como primeira confirmante *Mummadomna proliz Didaz*. Tratava-se, obviamente, da neta homónima da célebre condessa, que José Mattoso sugere ter sido filha de Diogo Mendes e de Aldonça, documentada entre 985 (?) e 1025 (Mattoso 1981: 141). Ficamos, assim, com a dúvida se não teria sido igualmente esta neta homónima da condessa a pessoa que transacionou o *casale de Margaridi* para as mãos de *Bronili*, o que deslocaria essa transmissão para depois de 985. José Mattoso assim o sugeriu, e parece-nos que esta possibilidade é a mais plausível.

Alguns anos mais tarde, em 1044, o mesmo *Idila*, agora com as suas filhas *Bronili*⁽⁴⁾ e *Felicia*, venderam a *Elsinda* as herdades que possuíam em *Margaride* localizando-as *subtus Montis Latitu*. O documento é um pouco mais rico, e fornece várias pistas sobre o que se tinha passado em 1021 e o que ocorreu vinte e três anos depois. Diz-se no pergaminho:

... Ego Idila una cum filias meas Bronili et Felicia ... faceremus ad vobis domna Elsinda confessa sicut et fecimus cartula venditionis et firmitatis de hereditates nostras propria que abimus in villa Margariti subtus Montis Latitu territorio Bracarense inter bis alveis Ave et Avizella discurrente rivulo Sellio et fuerunt ipsas hereditates de Mumadona Didaz et conparavi eas inde soror Sesita et filia sua soror Brunili et tenerun ea in suo iure per pretio et carta tem tornarunt ea in manus de Idila et uxor mea Astileuva ... (*Livro de Mumadona*, doc. 11; PMH-DC, doc. 332; VMH, doc. 32).

A propriedade fora, portanto, detida por Mumadona Dias (como vimos, provavelmente a neta da célebre Condessa), tendo sido comprada por *Sesita* e sua filha *Brunili*, ambas freiras do mosteiro de Guimarães⁽⁵⁾. Esta última, certamente já depois da morte de sua mãe, tinha vendido, em 1021,

(4) É interessante registar a coincidência do nome de uma das filhas de *Idila* ser igual ao da pessoa que lhe transmitira o *casal de Margariti* em 1021. Esta circunstância pode sugerir diferentes explicações: Estariam ligados por laços de parentesco? Ou a atribuição deste nome foi um testemunho da gratidão de *Idila*? Ou terá sido simples coincidência, apesar de este nome próprio ser pouco comum?

(5) Para além de ser um mosteiro dúplice – ou seja, com frades e freiras – Guimarães era um mosteiro familiar, onde professavam vários elementos de uma mesma família. O exemplo de *Sesita* e de sua filha *Brunili* é, nesse aspeto, bem elucidativo.

a *Idila* e a *Astileova*. E, vinte e três anos volvidos, *Idila*, certamente já viúvo, acompanhado por duas filhas, vendia os seus bens de Margaride a *Elsinda*.

Neste diploma devemos ressaltar, ainda, a forma como a propriedade foi localizada: *subtus Montis Latitu*. Trata-se de uma referência de tipo militar, que nos revela que esta propriedade estava sob alçada (ou na dependência) do castelo de Guimarães, que a condessa Mumadona Dias fundara algumas décadas antes, por volta de 950-951, no *Montis Latito* (ou Monte Largo), para defesa do cenóbio vimaranense que ela própria instituíra (Barroca e Amaral 2019: 52-53). As restantes coordenadas de georreferenciação invocadas no diploma são claras: a propriedade ficava no território bracarense (entenda-se, *território diocesano*, porque do ponto de vista político encontrava-se, obviamente, no seio do Condado Portucalense), no espaço de Entre-Ave-e-Vizela e nas proximidades do rio Selho.

As referências a Margaride continuam a registar-se ao longo da Idade Média. Encontramos nova referência a *Margaridi* em 1059, no inventário dos bens do Mosteiro de Guimarães⁽⁶⁾. Depois deparamo-nos com um hiato de duzentos anos, até que, nas Inquirições de 1258, se volta a mencionar o *valle in Margaride* no questionário ao Mosteiro de St^a. Marinha da Costa⁽⁷⁾. Ao longo do século XIV as menções multiplicam-se: em 1309 temos referência a *Margaride*⁽⁸⁾; em 1314 aos casais de *Margaride*⁽⁹⁾; em 1354 ao *casal de Margaride*⁽¹⁰⁾; em 1386 de novo ao *casal de Margaride*⁽¹¹⁾; etc. Esta última referência diz, explicitamente, que o casal de Margaride era do Cabido da Colegiada de Guimarães: um casal, que então era arrendado, situado em S. Romão de Mesão Frio, confrontava «com casal de Margaride que he do cabijdo de Guimaraães»⁽¹²⁾. Mas o que nos interessa aqui sublinhar é que, em todas estas referências documentais, até aos meados do século XIV, encontramos sempre a menção ao topónimo e ao *casal*. Em nenhum destes documentos se deixa entrever

(6) *Livro de Mumadona*, doc. 45: 78, e Anexo, doc. VIII: 222; PMH-DC, doc. 420; VMH, doc. 45.

(7) PMH-Inq.: 735; VMH, doc. 259: 243. As Inquirições de 1220 omitem qualquer referência ao topónimo Margaride, quer em S. Romão [de Mesão Frio], quer na inquirição ao Convento de St^a. Marinha da Costa.

(8) ANTT, CSMOG, DR, mç. 2, n.º 21 – PT/TT/CSMOG/DP 20/21, de 30 de abril de 1309.

(9) ANTT, CSMOG, DP, mç. 21, n.º 6 – PT/TT/CSMOG/DP 21/06, de 18 de março de 1314.

(10) ANTT, CSMOG, DP, mç. 31, n.º 41 – PT/TT/CSMOG/DP 31/41, de 22 de janeiro de 1354.

(11) Chanc. D. João I, Livro II(1), doc. 211, de 29 de abril de 1386.

(12) Chanc. D. João I, Livro II(1), doc. 211: 128.

a existência de uma propriedade revestida de estatuto privilegiado ou, sequer, a existência de alguma estrutura arquitetónica...

A primeira referência à *Quintã* de Margaride ocorre em 1348, quando estava na posse de Pedro Álvares, por execução do testamento de seu pai, o cónego vimaranense Álvaro Peres⁽¹³⁾. Embora seja certo que a menção de uma «quintã» não implique, forçosamente, tratar-se de uma propriedade na posse de um elemento da nobreza, a esmagadora maioria das referências conhecidas corresponde a propriedades nobilitadas. A mesma ordem de raciocínio se poderá aplicar a Margaride. O que significa que, pelo menos a partir dos meados do século XIV, as referências a Margaride podem corresponder a duas entidades distintas: ao casal, unidade agrária; e à quintã, propriedade detida por elementos privilegiados da sociedade vimaranense, sejam eles nobres ou não. Pedro Álvares, que detinha esta última, casara com Maria Anes. Esta, em 1383, embora já viúva, ainda tinha a quintã. Mas acabaria por a vender a D. Álvaro Gonçalves de Freitas, membro de uma família influente em Guimarães, Cavaleiro e Vedor da Fazenda de D. João I, que faleceu por volta de 1419-1420. Na Capela de S. Brás, anexa ao Claustro da Colegiada de Guimarães (hoje tudo incluído dentro do perímetro do Museu de Alberto Sampaio), podem ser admirados os túmulos, com estátuas jacentes, de D. Álvaro Gonçalves de Freitas e de sua mulher, D. Beringela Gil (Barroca 1987: 457-458; Almeida e Barroca 2002: 240). Concebidos em granito, e, por isso, com esculturas relativamente frustes, eles não deixam de refletir o estatuto privilegiado do casal a quem Maria Anes transmitiu a posse da quintã de Margaride.

Ao longo dos séculos, a Quintã de Margaride passou por diversas mãos. Para o nosso propósito importa reter que, muito provavelmente, desde os meados do século XIV, quando passou a ser designada como *quintã*, a propriedade tinha adquirido um estatuto privilegiado. No entanto, o facto de existir uma *quintã* não significa, necessariamente, que essa propriedade tivesse uma estrutura residencial, muito menos que ela fosse de tipo senhorial. Para encontrarmos uma primeira referência explícita à Casa-Torre de Margaride é necessário avançar até ao ano de 1570, quando Pedro Álvares de Almeida, «fidalgo de geração», instituiu o Morgado dos Almeidas, com capela na Igreja do Mosteiro de S. Francisco, em Guimarães. No Tombo do Morgado, que incluía a Quintã de Margaride, refere-se a existência de «uma casa torre

(13) Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Colegiada de Santa Maria de Oliveira de Guimarães, Documentos particulares, mç. 31, n° 41.

tilhada, que tem três portas de arcos em que mora João Gonçalves que possui a dita quinta que sua mulher he a terceira vida no prazo da dita quinta»⁽¹⁴⁾. A Quintã de Margaride estava, portanto, emprazada por três vidas, estando esse prazo a terminar. Mas a grande novidade que este documento encerra é, obviamente, a referência à casa-torre, que se declara *telhada*.

Esta breve descrição de 1570 é, assim, o primeiro testemunho da existência da casa que aqui nos ocupa⁽¹⁵⁾. Como no documento não há qualquer indício de que a casa estivesse em construção, podemos inferir que ela já se encontrava erguida. Terá sido, muito provavelmente, construída nos finais de Quatrocentos ou na primeira metade do século XVI.

Um século mais tarde, em 1678, num prazo feito a Domingos Anes da Guerra, a casa volta a ser descrita como uma «casa grande muito alevantada, parte colmada e parte tilhada»⁽¹⁶⁾. A «casa grande muito alevantada» seria, certamente, a torre. As estruturas com telhado de colmo seriam, muito provavelmente, as dependências relacionadas com as atividades agrícolas.

Entre 1644 e 1678, Domingos Anes da Guerra haveria de introduzir algumas alterações marcantes no conjunto edificado de Margaride: mandou construir o jardim, estruturado em torno de um tanque hexagonal (no qual se veio a colocar, ao centro, uma gárgula que, pretende a tradição, teria sido retirada da torre senhorial). Este jardim ainda hoje existe, dominado por imponentes e centenários trabalhos de topiária, onde se destacam as camélias, os teixos e os azevinhos e uma extraordinária *Casa de Fresco*, criada à sombra de uma enorme camélia. Seria ainda a Domingos Anes da Guerra que se ficou a dever a construção da varanda, com sete janelas, que prolongou a fachada principal da velha casa para nordeste. Esta varanda já nos surge descrita em 1697 quando se refere a «casa mui alevantada com varanda rustica de sete janelas viradas a Norte e defronte dela um paul»⁽¹⁷⁾.

(14) Este documento, que é citado no Sistema de Inventariação do Património Arquitetónico (SIPA), é registado como sendo de 1507. Agradecemos a José Couceiro da Costa a transcrição acima utilizada, bem como as informações sobre a verdadeira cronologia deste importante testemunho documental.

(15) A Casa de Margaride encontra-se classificada como Monumento de Interesse Público (MIP) pela portaria N.º 740-FI/2012, publicada no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 252, de 31 de dezembro de 2012.

(16) Arquivo da Casa de Margaride. Agradecemos a informação e transcrição a José Couceiro da Costa.

(17) Cf. Sistema de Inventariação do Património Arquitetónico (SIPA): http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=100 (consultado em 08.05.2021).

O seu neto, Domingos José Cardoso de Macedo (1733-1796), que também foi responsável por algumas modificações em Margaride, seria armigerado (ou seja, recebeu carta de brasão de armas) em 16 de novembro de 1770 (Menezes 2019: 95-149). Acabaria por optar por residir em Guimarães, trocando, assim, a casa da Quintã de Margaride pela Casa do Carmo, um imponente edifício nas imediações do Paço Ducal de Guimarães, assim conhecido por se erguer no Largo do Carmo (hoje designado Largo Francisco Martins Sarmiento). Em 1785, Domingos José Cardoso de Macedo e sua mulher, Maria Rosa de Figueiredo das Neves, ainda assinam uma escritura como «moradores na Quinta de Margaride»⁽¹⁸⁾. Mas em 1793 já se declara «morador na rua do Gado desta vila» [de Guimarães]⁽¹⁹⁾. A mudança terá ocorrido por volta de 1785. Na Casa do Carmo seriam responsáveis por obras de ampliação, tendo acrescentado um andar acima da cornija do edifício original.

Reduzida à condição de residência subsidiária, a Casa de Margaride deve ter conhecido, a partir de então, algumas décadas de estagnação. Com efeito, a casa-torre da Quintã de Margaride só voltaria a ser morada regular da família a partir de 1890, quando Henrique Cardoso de Macedo Martins de Menezes (1868-1933) – o 2º Conde de Margaride, a quem Leite de Vasconcelos dedicou os dois opúsculos mencionados no início deste texto – decidiu trocar a Casa do Carmo, implantada no núcleo urbano vimaranense, pela casa rural de Margaride, nos arredores da urbe⁽²⁰⁾. Uma troca do bulício urbano pela calma do meio rural (ainda que periurbano). Henrique Cardoso de Macedo Martins de Menezes era filho de Luís Cardoso Martins da Costa Macedo (1836-1919), 1º Conde de Margaride. O regresso do 2º Conde à Casa de Margaride traduziu-se em importantes obras, que conferiram a este edifício o perfil que hoje podemos admirar. Foi ele o responsável pela demolição do piso superior da torre senhorial, que se erguia à esquerda da fachada, reduzindo o

(18) Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Cota 11-24-16-1-7 (PT/AMAP/FAM/CMCC/01-01/11-24-16-1-7).

(19) Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Cota 11-24-16-1-9 (PT/AMAP/FAM/CMCC/01-01/11-24-16-1-9).

(20) Desta forma, foi ainda na Casa do Carmo que decorreram as comemorações do aniversário natalício do Visconde de Margaride, Luís Cardoso Martins da Costa de Macedo, em 1874, que Camilo imortalizou com o seu caustico sentido de humor por coincidirem com uma sexta-feira, período de abstinência de consumo de carne, pouco condizente com as iguarias servidas (Castelo Branco 1874: 19-21). O Visconde de Margaride haveria de ser elevado a 1º Conde de Margaride por D. Luís I.

volume deste conjunto edificado mais antigo a apenas dois pisos (rés do chão e 1º andar) (figura 1). E foi sua iniciativa construir, à direita da fachada, um novo e amplo edifício, dotado de três pisos e com entrada servida por escadaria, sobrepujada pelo brasão de família, pela qual se passou a fazer o acesso ao interior da residência. Foi, ainda, o 2º Conde de Margaride quem trouxe para Margaride o Cruzeiro do Recolhimento do Anjo, procedente dessa instituição assistencial vimaranense, que tinha sido demolida, salvando-o assim de uma quase certa destruição.



Figura 1 – Casa de Margaride – Vista geral da fachada principal.

Depois das obras empreendidas pelo 2º Conde de Margaride, o que resta hoje da velha casa-torre? Vimos que, originalmente, a torre tinha rés do chão e dois andares, tendo o 2º Conde de Margaride mandado demolir o seu piso superior. Não sabemos como era o seu coroamento – se era ameado ou não. Provavelmente seria ameado, porque as ameias tinham um valor simbólico importante, sendo atributo de senhorio, de nobilidade e de antiguidade, três atributos a que os construtores da primeira torre não podem deixar de ter estado sensíveis. As ameias foram, de resto, amplamente utilizadas nos solares do Norte de Portugal nos séculos XVI a XVIII, quando já tinham perdido qualquer interesse militar, precisamente por manterem esse valor simbólico. Quem construiu esta casa, optando pela tipologia da casa-torre, certamente não teria abdicado de colocar ameias no seu coroamento. E teria gárgulas para escoamento das águas pluviais, de que uma se reaproveitou no tanque hexagonal do jardim.

Uma visita a Margaride permite identificar diversos elementos desta torre. Ao nível do rés do chão, depois convertido em espaço de serventia às atividades rurais e hoje albergando pequeno núcleo expositivo de peças etnográficas, ainda se preserva a velha estrutura senhorial, com

a torre a ocupar o ângulo sudoeste da casa (figura 2)⁽²¹⁾. Com efeito, uma análise mais atenta do paramento dos muros, conjugada com a medição da espessura dos mesmos, permite reconhecer o piso térreo da torre senhorial.

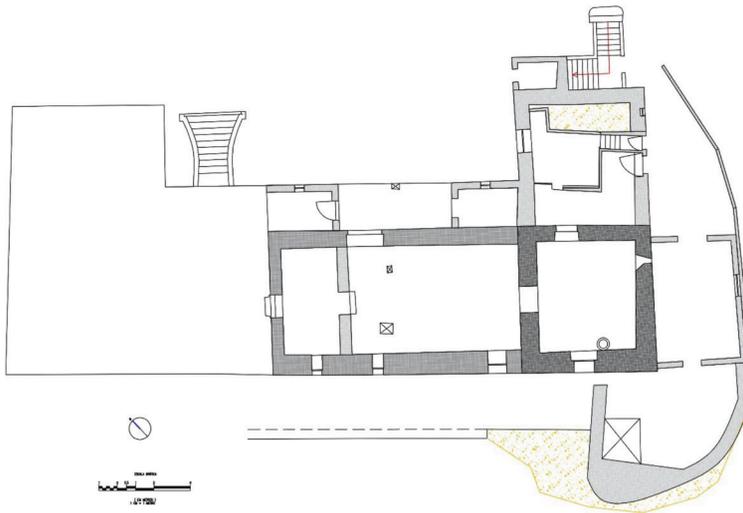


Figura 2 – Casa de Margaride – Planta térrea com identificação da torre (cinzento mais escuro), anexo residencial (cinzento menos escuro) e restantes espaços.

A torre foi erguida sobre afloramentos de granito, recebendo assim algum destacamento na paisagem. Quem observa a fachada principal da Casa de Margaride (figura 1) não se apercebe desta circunstância, uma vez que os sucessivos aterros para regularização do terreno se encarregaram de a camuflar. Mas a perspetiva que se colhe nos campos agrícolas que se desenvolvem a sul da casa (figura 3) revela bem essa condição. De resto, os afloramentos graníticos estão incluídos dentro do perímetro da construção, ocupando, nomeadamente, boa parte do espaço térreo do corpo que, ao nível do 1º piso, é ocupado pela cozinha.

(21) A planta aqui apresentada deve-se a levantamento encomendado, a nosso pedido, por José Couceiro da Costa. O tratamento gráfico, com a indicação das várias fases, deve-se a César Guedes, a quem deixamos o testemunho do nosso agradecimento.



Figura 3 – Casa de Margaride – Vista geral das traseiras.

A torre de Margaride obedecia, assim, a um modelo muito replicado nestas velhas torres senhoriais, erguidas em terrenos de cota baixa, com boa apetência agrícola, mas escolhendo, dentro destes espaços, os pontos mais destacados (Barroca 1989: 19). Bem perto de Margaride temos um outro exemplo deste tipo de implantação, que se revela bem elucidativo: a torre de Pousada, em S. Pedro de Azurém, ligada à linhagem dos Peixotos, erguida alcandorada sobre afloramentos graníticos igualmente portentosos. Apesar de ter sofrido uma reconstrução profunda durante a primeira metade do século XX, que corresponde à construção do piso superior, a Torre de Pousada conserva um piso inferior medieval, erguido precisamente entre e sobre afloramentos rochosos (Machado 1973: 145-154; Nóbrega 1973; Moraes 1975-77: 2-108; Pinto 2014-15: 207-217).

A torre de Margaride era uma construção de planta quase quadrada. Apresentava 7,88 x 7,24 m, com um espaço interior de 6,00 x 5,40 m, o que se traduz numa área útil de 32,4 m² por piso. Tendo em conta que a torre tinha, originalmente, rés do chão e dois pisos, isto perfazia um total de 97,2 m² de área habitacional útil. As suas paredes, em alvenaria de granito, construídas com pedra de origem local, apresentam uma

espessura que oscila entre os 80 e os 90 cm de espessura⁽²²⁾. A porta, em arco quebrado, rasgava-se na parede voltada a noroeste, abrindo-se para o Anexo Residencial (figura 4). Apresenta um vão com 1,36 m de largura e 2,31 m de altura máxima. As aduelas e as ombreiras da porta apresentam um chanfro com 10 cm de largura. O arco quebrado é formado por apenas quatro aduelas: duas potentes aduelas de arranque, que partem das ombreiras, sem recurso a impostas, e duas pequenas aduelas no fecho. O espaço do intradorso, que ocupa a restante espessura da parede, apresenta uma solução de arco abatido. Sendo uma porta térrea, ela ficaria, mais tarde, englobada na área de serventia agrícola quando, na sequência da reorganização moderna dos espaços habitacionais, o piso térreo ficou consagrado às atividades rurais. E, por isso, em 1960, ela seria deslocada do rés do chão para o 1º andar ocupando hoje rigorosamente a mesma posição, mas servindo o piso senhorial ou residencial da casa (figura 4). Em seu lugar, no piso térreo, foi criada uma nova porta, com um lintel reto.



Figura 4 – Casa de Margaride – Porta de entrada da torre (hoje transferida para o 1º andar).

(22) Medidas tomadas nas paredes nordeste e noroeste, respetivamente.

No que respeita a aberturas, a torre apresenta, no piso térreo, uma abertura estreita na parede voltada a sudeste. As outras duas aberturas – uma janela rasgada a sudoeste e uma porta a noroeste – resultam de intervenções modernas ou foram radicalmente transformadas por elas. Ao nível do 1º andar, hoje ocupado pela sala de refeições, as janelas são amplas (com 0,94 a 1,03 m de largura e 1,39 m de altura), todas dotadas de bancos afrontados (popularmente designados por *conversadeiras* ou *namoradeiras*). Mas elas resultam de reforma da Época Moderna. Não sabemos, portanto, como seriam as aberturas originais que, certamente, nos ajudariam a esclarecer a cronologia da construção.

A torre de Margaride não era exemplo único nesta freguesia vimaranense de S. Romão de Mesão Frio. Com efeito, não muito longe dela encontramos outro exemplo de uma residência senhorial dos alvares da Época Moderna – a torre de Paçô (Mesão Frio) – que, apesar de ser uma construção mais larga (portanto menos «turriforme»), apresenta evidentes afinidades com Margaride (nomeadamente ao nível da tipologia das portas). Infelizmente foi objeto de uma recente intervenção que alterou, profunda e irremediavelmente, o seu valor patrimonial.

Encostado à torre de Margaride, voltado a Norte, desenvolveu-se um espaço construído que, à falta de melhor designação, temos chamado, em estudos anteriores, «anexo residencial» (figura 2). A sua planta é retangular e obedece ao modelo usual destes anexos. A sua finalidade era ampliar a área habitacional da casa que, se ficasse reduzida às dimensões da torre, era, como vimos, relativamente limitada. Este corpo edificado tem 13,80 m de comprimento e 7,82 m de largura (medidas exteriores), correspondendo a uma área edificada de 107,92 m². Do ponto de vista da área útil, ela ronda os 12,86 m x 5,79 m, ou seja, os 74,46 m². Como este anexo tinha rés do chão e primeiro andar, a área útil total seria de 148,92 m². Apesar de ser uma obra tardia, ele continua a seguir o padrão que temos vindo a encontrar em outros anexos residenciais. Num anterior estudo invocámos os casos de Vasconcelos (St^a. Maria de Ferreiros, Amares) (com 99,4 m²), de Paranho (Terroso, Póvoa de Varzim) (com 112 m²) e do Paço do Alcaide do Castelo de Guimarães (com 112 m²) (Barroca 1997/98: 76-78 e 100). Mas poderíamos acrescentar mais exemplos, como o anexo da Fase III do Paço de Giela (Giela, Arcos de Valdevez),

correspondente ao século XIV (com 127 m²) (Barroca e Sottomayor-Pizarro 2015: 164-173) ou o Paço de D. Loba (Padronelo, Amarante) (com 124 m²)⁽²³⁾. Todos estes exemplos, aos quais se junta agora o de Margaride, revelam que os anexos residenciais dos finais da Idade Média tinham áreas que, em média, oscilavam entre os 100 e os 120 m² (Barroca 1998: 72-81), configurando aquilo a que então chamamos o «padrão médio do espaço habitacional da nobreza portuguesa do séc. XIV» (Barroca 1998: 76).

Depois de construído este novo corpo, a Casa de Margaride apresentava uma área útil de 246,12 m², correspondentes aos 97,20 m² da torre (contabilizando os três pisos) e aos 148,92 m² do anexo (com os seus dois pisos).

O acesso a este anexo residencial era garantido por uma ampla porta que se rasga, ainda hoje, na parede voltada a nordeste. Trata-se de uma porta com 1,82 m de largura na moldura exterior (1,92 m no vão interno) que foi parcialmente alterada no seu remate superior (figura 5). As suas ombreiras apresentam um chanfro similar ao da porta térrea da torre (que, como referimos, foi deslocada para o 1º andar, onde hoje se encontra implantada). A parte superior do vão desta porta de entrada do anexo, em arco quebrado, aflora hoje no pavimento do 1º andar da residência, o que revela uma alteração na cota dos pavimentos desta casa, fruto de obras modernas. Essa alteração de cota é, aliás, perceptível na estereotomia da parede, nomeadamente na face voltada à varanda das sete janelas, onde se identificam diversos negativos da amarração do pavimento ou telheiro tardo-medieval. A parte superior do arco desta porta esteve durante muitos anos encoberta por argamassa tendo sido colocada a descoberto nas últimas décadas, altura em que o vão desta porta seria adaptado a lareira (figura 6). Desta forma, a parte superior do arco da porta corresponde, hoje, à lareira do primeiro andar...

(23) Temos no prelo um estudo, realizado juntamente com o nosso Amigo José Augusto P. de Sottomayor Pizarro, sobre este Paço de Amarante.



Figura 5 – Casa de Margaride – Porta de entrada do Anexo Residencial.



Figura 6 – Casa de Margaride – Remate superior da porta de entrada do Anexo Residencial, hoje visível no 1º andar e adaptado a lareira.

A tipologia da porta do anexo, com arco quebrado e recorrendo ao uso de chanfro, e a sua implantação, na face mais longa do anexo residencial, não pode deixar de recordar o exemplo da Torre de Vasconcelos (St^a. Maria de Ferreiros, Amares), que apresenta soluções idênticas (Barroca 1989: 38-39; 2014: 127-129).

No piso térreo, o interior deste anexo começou por ser um espaço uno, mas acabaria por receber, mais tarde, uma parede, que individualizou duas áreas: uma maior, adjacente à torre, com 9,28 m x 5,79 m (ou seja, com 53,7 m²); outra menor, mais afastada da torre, com 3,08 x 5,79 m (ou seja, 17,8 m²) (figura 2). Na parede extrema, virada sensivelmente a norte, ocupando uma posição centrada, foi criada uma porta que, do ponto de vista tipológico, se afigura muito interessante (figura 7). Com efeito, não se trata de uma porta ogival, como era a porta da torre (figura 4) ou a porta de entrada principal deste anexo (figuras 5 e 6). Optou-se, aqui, por uma porta com lintel reto apoiado sobre cachorros ou mísulas de recorte curvo, côncavo, obedecendo a uma tipologia muito característica do século XVI e que encontramos usualmente em casas urbanas (no Porto, em Barcelos, em Guimarães, em Viana do Castelo, etc.). No espaço urbano de Guimarães encontramos uma porta similar na Casa dos Laranjais, uma casa-torre quinhentista que tem várias afinidades com Margaride. A presença desta porta poderia sugerir que o anexo fosse uma construção ligeiramente mais tardia que a torre. Em todo o caso, e como achamos que as duas portas ogivais têm evidentes afinidades, inclinámo-nos mais para pensar que a torre e o anexo foram edificações sensivelmente contemporâneas, e que esta porta, de lintel reto apoiado sobre cachorros ou mísulas – que é obra indubitavelmente da primeira metade de Quinhentos – seja resultado de uma intervenção posterior. O que nos leva a sugerir que a velha Casa-Torre de Margaride fosse obra erguida na segunda metade ou finais de Quatrocentos e que estas obras de alteração tenham ocorrido já durante o reinado de D. João III. É o que também nos sugere a gárgula reaproveitada no tanque do jardim, que a tradição aponta como sendo originária do coroamento da torre de Margaride, que revela uma feição mais maneirista do que manuelina.



Figura 7 – Casa de Margaride – Porta rasgada na parede voltada a norte.

Com o andar dos tempos, o espaço térreo da Casa de Margaride acabou por se converter em área de apoio às atividades agrícolas, deslocando-se a zona de habitação senhorial para o piso superior. Foi essa circunstância que levou a que, já na segunda metade do século XX, a porta de arco quebrado, que se rasgava no piso térreo, fosse deslocada para o 1º andar, onde veio ocupar rigorosamente o mesmo alinhamento, passando a servir de acesso à Sala de Jantar da Casa de Margaride. A reconversão deste primeiro andar em espaço destinado a refeições motivou a construção de um novo corpo, que avançou para nordeste, apoiando-se sobre os afloramentos rochosos (figura 3). No piso térreo, parte deste espaço é, de resto, preenchido por afloramentos graníticos. No primeiro andar foi criada uma cozinha, com duas áreas separadas por uma arcada dupla, em granito, de forte presença plástica, que, salvas as devidas proporções, não pode deixar de recordar a dupla arcada da cozinha de Manhufe (Mancelos,

Amarante), imortalizada pela mão genial de Amadeo de Souza-Cardoso. Este corpo edificado, que se articula em L com a velha casa, foi posteriormente alvo de uma ampliação, bem patente na presença de uma junta viva. Este edifício, destinado à cozinha e à área de serviços, articula-se com a varanda rústica (com as mencionadas sete janelas) e com a sala de refeições.

Concluimos, assim, o périplo pelos espaços mais antigos da velha Casa de Margaride. Abstivemo-nos, intencionalmente, de penetrar na grande Torre, o corpo construído por Henrique Cardoso de Macedo Martins de Menezes, 10º Senhor da Casa de Margaride e 2º Conde de Margaride, em finais do século XIX e inícios do século XX, que se desenvolve à direita da fachada principal da Casa de Margaride (figuras 1 e 8). Esse imenso corpo, pelo qual se passou a fazer o ingresso na habitação, foi erguido para responder às novas necessidades habitacionais da família, que de novo elegera a propriedade rural para sua residência principal. Uma torre larga, com 15 x 14,5 m de base nas suas medidas extremas, configurando um quadrilátero amputado no ângulo Leste, criando um recanto que recebeu a escadaria de acesso. Ao cimo destas escadas rasga-se a porta de entrada, sobrepujada por um brasão da família (figura 9). Deve ter sido quando se ergueu esta construção que, para compor a fachada da residência senhorial, se demoliu o que restava do piso superior da velha Torre. A partir de então, a Casa de Margaride passou a ser integrada por um corpo baixo, em L, com a cozinha e demais dependências sociais, e, no extremo oposto, uma ampla torre onde se concentraram as dependências mais privadas. Seguindo um velho modelo arquitetónico muito glosado na nossa arquitetura senhorial, o piso térreo continuou reservado ao apoio para atividades agrícolas, os pisos superiores para a área privada e residência familiar.



Figura 8 – Casa de Margaride – Torre oitocentista, erguida pelo 2º Conde de Margaride.



Figura 9 – Casa de Margaride – Brasão da porta de entrada da Torre oitocentista.

O percurso da Casa de Margaride revela-se, assim, mais um interessante testemunho da forma como a Nobreza portuguesa, ao longo dos tempos (medievais, modernos e até mesmo muito recentemente), se serviu da arquitetura como uma forma de afirmação e como veículo de ascensão social. Tendo começado por ser uma propriedade que não tinha estatuto privilegiado, transformou-se, no século XIV, em *quintã*. Foi nela que, mais tarde, se construiu a primeira casa-torre, seguindo um padrão muito difundido no reino. E que, acompanhando outras estruturas similares, se ampliou e adaptou a novos requisitos de conforto e de habitabilidade. A partir do último quartel do século XVIII conheceu alguma estagnação, quando a família se deslocou para a Casa do Carmo, em Guimarães, uma imponente construção setecentista. Mas, um século volvido, nos finais do século XIX, a família, agora detentora do recém-atribuído título de Condes de Margaride⁽²⁴⁾, acabaria por regressar, imprimindo um novo cunho a esta habitação, ampliando espaços e adequando-os aos novos tempos. Para além da nova torre e das transformações do corpo edificado mais antigo, acrescentou igualmente uma garagem, o mais claro sinal dos «tempos modernos». Mas, ainda assim, não abdicou da linguagem da «casa-torre», que deixou marca tão perene na arquitetura portuguesa. No momento em que tratava de ampliar a sua residência de família, a solução turriforme continuou a ser a opção mais natural para o 2º Conde de Margaride. No século XX, o valor simbólico da casa-torre, herdeira das velhas *domus fortis* medievais, continuava a impor-se...

Fontes

Fontes documentais manuscritas

ANTT, Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães, Documentos régios, mç. 2, n.º 21. [ANTT, CSMOG, DR]

(24) D. Luís Cardoso Martins da Costa Macedo (1836-1919) recebeu o título de 1º Visconde de Margaride em 1 de agosto de 1873, e o de 1º Conde de Margaride em 3 de março de 1877, ambos atribuídos por D. Luís I, monarca de quem era amigo íntimo e que costumava escolher a Casa do Carmo para se alojar quando se deslocava a Guimarães. Seu filho, Henrique Cardoso de Macedo Martins de Menezes, que regressou a Margaride, recebeu o título de 2º Conde de Margaride por autorização de D. Manuel II, datada de agosto de 1920, quando o monarca se encontrava no exílio, em Inglaterra.

ANTT, Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães, Documentos particulares, mç. 21, n.º 6; mç. 31, n.º 41. [ANTT, CSMOG, DP]
Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Colegiada de Santa Maria de Oliveira de Guimarães, Documentos particulares, mç. 31, n.º 41.
Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Cota 11-24-16-1-7; Cota 11-24-16-1-9.

Fontes documentais impressas

Abade de Tagilde (ed.) (1929-1931). *Vimaranis Monumenta Historica*. 2 vols. Guimarães. [VMH]
Amaral, Luís Carlos (coord.) (2016). *Portugaliae Monumenta Historica ...*, Nova Série, vol. VII, *Diplomata et Chartae – Chartularia – Livro de Mumadona, Cartulário do Mosteiro de Guimarães*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa. [Livro de Mumadona]
Dias, João José Alves (ed.) (2004-2006). *Chancelarias Medievais Portuguesas, D. João I*. Livro II (1). Lisboa: INIC / UNL. [Chanc. D. João I]
Portugaliae Monumenta Historica - Diplomata et Chartae (1867-1873). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa. [PMH-DC]
Portugaliae Monumenta Historica – Inquisitiones (1888-1977). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa. [PMH-Inq.]

Bibliografia

Almeida, Carlos Alberto Ferreira de, e Barroca, Mário Jorge (2002). “O Gótico”, in *História da Arte em Portugal*, vol. 2. Lisboa: Ed. Presença.
Barroca, Mário Jorge (1987). *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (Séculos V a XV)*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (ed. policopiada).
« — » (1989). “Em torno da Residência Senhorial Fortificada. Quatro Torres Medievais na região de Amares”, *Revista de História*, IX. Porto: Centro de História da Universidade do Porto, 9-61.
« — » (1998). “Torres, Casas-Torres ou Casas-Fortes: A concepção do espaço de habitação da Pequena e Média Nobreza na Baixa Idade Média (Sécs. XII-XV)”, *Revista de História das Ideias*, 19. Coimbra: Instituto de História das Ideias, 39-103.

- « — » (2014). “As Torres Medievais de Amares – Vasconcelos, Dornelas e Castro”, in José Viriato Capela; Agostinho Domingues (coord.), *Para a História de Amares*. Amares: Município de Amares, 117-147.
- « — » (2017). *Portogaliae Monumenta Historica*, Nova Série, vol. VIII/1, *Corpus Epigraphicum Portogalensium. Pars Prima: IX-XI Saecula*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- « — »; Amaral, Luís Carlos (2019). *Castelo de Guimarães. Livro-Guia do Centro Interpretativo*. Guimarães: Associação dos Amigos do Paço dos Duques de Bragança e Castelo de Guimarães.
- « — »; Sottomayor-Pizarro, José Augusto P. de (2015). *Paço de Giela. História de um Monumento*. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez.
- Castelo Branco, Camilo (1874). *Noites de Insómnia. Oferecidas a quem não pode dormir*. Porto: Livraria Internacional.
- Fernandes, A. Almeida (1977). “A Nobreza na Época Vimarano-Portuguesa (868-1128)”, *Revista de Guimarães*, 87. Guimarães, 7-102.
- Machado, José Moura (1973). “A Casa dos Peixotos em S. Pedro de Azurém, Guimarães”, *Revista de Guimarães*, 83. Guimarães, 145-154.
- Marques, André Evangelista (2008). *O Casal. Uma unidade de organização social do espaço no Entre-Douro-e-Minho (906-1200)*. Noia: Editorial Toxosoutos.
- Mattoso, José (1981). *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*. Lisboa.
- Menezes, Luís Miguel Pulido Garcia Cardoso de (2019). “O armigerado Domingos José Cardoso de Macedo (1733-1796): A linha varonil e das armas de 1770”, *Boletim de Trabalhos Históricos*, 3ª Série, VIII. Guimarães: Arquivo Alfredo Pimenta, 95-149.
- Moraes, Maria Adelaide Pereira de (1975-77). “Velhas Casas. V. Freguesia de Azurém. Casa de Pousada”, *Boletim de Trabalhos Históricos*, 28. Guimarães, 2-108.
- Nóbrega, Artur Vaz Osório da (1973). *Peixotos. Subsídios para a sua Genealogia*. Braga.
- Pinto, Sílvia (2014-15). “A Casa dos Peixotos: História e Genealogia”, *Revista de Guimarães*, 124-125. Guimarães, 207-217.
- Vasconcelos, José Leite de (1931). *Opúsculos*, vol. 3, *Onomatologia*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 219-228.